

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.255 - SP (2019/0023456-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADO : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) -**
SP398091
AGRAVADO : **CELSO ALAN MODESTO**
AGRAVADO : **MARIA MÁRCIA OLIVEIRA**
AGRAVADO : **NOÊMIA DE ALMEIDA CARDOSO**
AGRAVADO : **CARLOS ALBERTO CORNÉLIO**
AGRAVADO : **MARIA HELENA RODRIGUES**
AGRAVADO : **SANTA VIEIRA DE SOUZA**
AGRAVADO : **PEDRO VALÉRIO**
AGRAVADO : **IVONE CARDOSO BALLARINI**
AGRAVADO : **CÉLIA NUNES DA SILVA**
AGRAVADO : **ANTENOR BATISTA EVANGELISTA**
AGRAVADO : **ROSÂNGELA MARIA DE ABREU CASTRO**
AGRAVADO : **DALVA MARIA MUSSIO GUTIERRES**
AGRAVADO : **DAVID AVELINO DE REZENDE JÚNIOR**
AGRAVADO : **PEDRO FREIRE DA SILVA**
AGRAVADO : **APARECIDO RODRIGUES**
AGRAVADO : **SORAIA NAVARRO**
AGRAVADO : **VERA LÚCIA CAVALCANTI MACEDO**
ADVOGADO : **RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) - SP240212**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/1973. AGRAVO ORIUNDO DE AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ANÁLISE SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal,

manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 137):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - Rejeição da impugnação sem a aplicação da multa e sem a fixação de honorários advocatícios sobre a parte controvertida ante a apresentação de seguro garantia - Inconformismo - Acolhimento - Apólice de seguro garantia que não constitui efetivo pagamento - Numerário que não está à disposição do credor - Incidência de multa e fixação de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor controvertido - Inteligência do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil - Decisão reformada - Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos art. 835, § 2º, do CPC/15, que equiparando o dinheiro, fiança bancária e o Seguro Garantia Judicial, desde que o valor cubra o débito com acréscimo de 30%. Em suma, dinheiro, fiança bancária e Seguro Garantia ocupam a mesma ordem de preferência legal. Afirma que a decisão que recusou a garantia ofertada e determinou a incidência de multa (532, § 1º, do CPC) e honorários sobre o o montante controvertido é flagrantemente contrária ao dispositivo mencionado e ao entendimento deste Egrégio Tribunal Superior.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 234-246).

Não foram apresentadas as contrarrazões ao recurso especial (fl. 464 e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Consultando-se o Sistema de Informações Processuais desta Corte, constata-se que o presente recurso é oriundo da mesma ação originária do Aresp n. 1.413.042/SP, no qual se discute a competência para julgamento de ações envolvendo controvérsia acerca do interesse da CEF nas ações de seguro habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Em razão disso, entendo que devem seguir o mesmo caminho para que não haja decisões conflitantes, em especial, considerando o tema que se

discute, competência absoluta da Justiça Federal para julgar a demanda originária.

Com efeito, o Excelso Pretório, em 14/09/2018, reconheceu a existência de repercussão geral acerca da competência para julgamento das ações em que se discute o direito ao seguro habitacional no RE 827.996/PR.

Inaugurou-se o tema 1.011, delimitando a controvérsia nos seguintes termos: *"Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza."*

As Colendas Turmas desta Corte Superior, de modo a evitar a prolação de decisões contrárias acerca da presente controvérsia, passou a determinar que o processo fique sobrestado na origem até o julgamento do recurso extraordinário em epígrafe.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBMETIDO AO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. INTERESSE DA CEF. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA. REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA RECONHECIDA PELO STF. SUSPENSÃO DO FEITO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. DECISÃO MANTIDA. 1. Aplica-se o CPC/73 a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Distinguishing não verificado.

3. De acordo com os arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do NCPC, que dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos, há a previsão da negativa de

seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

3. Assim, por cautela e economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre o STF e este STJ, impõe-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem para lá aguardar o desfecho do recurso extraordinário admitido com repercussão geral.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1658162/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 28/08/2019)

É que toda a sorte de decisões passaram a ser prolatadas em tema tão delicado como o da competência para julgamento de determinada ação na origem.

Alguns Tribunais reconhecem a ausência de provas acerca do comprometimento do FCVS e afastam o interesse da CEF, outros a sua presença, declinando a competência para a Justiça Federal, outros, ainda, a desnecessidade dessa prova em face da Lei 13.000/14 e, ainda, há aqueles que se limitam a reconhecer que a questão deve ser analisada pela Justiça Federal, declinando da competência na forma do enunciado 150/STJ.

No mais das vezes, esta Corte Superior têm mantido a aplicação do enunciado 150/STJ ou, quando reconhecida a presença ou ausência de elementos de convicção acerca do comprometimento do FCVS, tem aplicado o enunciado sumular 7/STJ, o que acaba por fazer com que os processos sejam julgados na Justiça Federal ou Estadual, remanescendo, pois, uma séria sensação de instabilidade incompatível com a definição da competência do órgão julgador.

Deste modo, tenho que é imperioso:

a) sobrestar os processos no Tribunal de origem, de modo a que se aguarde o julgamento do recurso extraordinário, procedendo-se, então, na forma dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC de 2015.

b) conclamar a instância de origem a sobrelevar a lógica do sistema de precedentes estabelecido no CPC de 2015,

Superior Tribunal de Justiça

negando-se seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Tribunal Superior (inciso I do art. 1.040 do CPC); ou realizando juízo de retratação se o acórdão recorrido contrariar a orientação do Tribunal Superior (inciso II, do art. 1.040 do CPC);

c) Existentes outras questões além daquela abrangida pelo tema 1.011, deverá o recurso ser reencaminhado a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas, claro, se ainda não prejudicadas.

Ante o exposto, determino o sobrestamento e a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso extraordinário com repercussão geral, proceda-se na forma dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Advirto as partes que, na esteira da jurisprudência tranquila desta Corte, a presente decisão possui recorribilidade limitada à demonstração do *distinguishing*, na forma do art. 1.037, §§9º e 10, inciso IV, do CPC, sendo que não será conhecido o eventual agravo interno ou pedido de reconsideração a pretender o julgamento do presente recurso especial.

A oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator